



Política fiscal do Estado tem 'dois pesos e duas medidas'

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas critica Fisco por impor cada vez mais deveres e menos direitos aos cidadãos

RUI JORGE CABRAL
rcabral@acorianooriental.pt

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues de Azevedo, manifestou-se ontem em Ponta Delgada contra o que diz ser uma política fiscal de 'dois pesos e duas medidas' na qual, não tardará muito, os cidadãos terão cada vez mais deveres para menos direitos.

Domingues de Azevedo falava na abertura da Conferência sobre 'Iniciativa Privada - A Economia, as Empresas e o Sistema Fiscal', promovida pela OTOC em parceria com a rádio TSF e que ontem decorreu no Hotel Marina Atlântico.

O bastonário da OTOC lamentou que o Fisco olhe muitas vezes para as empresas como 'fontes de rendimento a qualquer preço', esquecendo o papel social que muitas delas desempenham como empregadoras e fornecedoras de bens ou serviços, num Estado que é muito exigente a cobrar e pouco exigente a pagar.

Domingues de Azevedo lamentou que quando o Fisco cobra dívidas em atraso a uma pessoa singular ou a uma empresa o faça logo com juros, quando em situações contrárias, quando uma pes-



Jorge Rita teme efeitos negativos do acordo de comércio UE/EUA

soa ou empresa reclama a devolução de um imposto indevidamente pago, este só seja devolvido com juros se estes forem requeridos.

O professor catedrático e anti-

Reduzir o diferencial fiscal nos Açores foi um 'erro completo'

O presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Mário Fortuna, defendeu ontem na conferência da OTOC e da TSF que a redução do diferencial fiscal nos Açores de 30 para 20 por cento a menos face ao Continente, prevista desde 2011 e concretizada no ano passado, foi um 'erro completo' que prejudicou a economia açoriana. Mário Fortuna lamentou também que o Governo Regional não tenha

go reitor da Universidade dos Açores, Vasco Garcia, abordou a economia açoriana em quatro grandes temas que considera essenciais para o seu futuro próximo: o turismo ecológico; a agricultura e os laticínios; o Mar e o Tratado Transatlântico de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos.

No turismo ecológico, Vasco Garcia lembrou como a atividade da observação de cetáceos - que nasceu com grande resistência dos resquícios da baleação no final dos anos 1980 e com intervenção sua enquanto eurodeputado - é hoje uma atividade que já move 56 mil turistas por ano nos Açores. Na agricultura e nos laticínios, lamentou o fim das quotas, a que chamou de 'rede de segurança' de preços para a pequena e média produção e defendeu o 'capital natural ecológico' do maneio em pastagem da produção de leite açoriana como o único fator diferenciador e valorizador dos

reposto este ano e de uma forma generalizada o diferencial nos 30 por cento, no que chamou uma reposição de 'meia dose', ao mesmo tempo que não considerou correto o facto da reposição prevista para este ano não ser retroativa a 1 de janeiro.

Até porque, num ano em que se prevê a vinda de mais turistas, um IVA mais baixo poderia dinamizar ainda mais o consumo.



Domingues de Azevedo (esq.) e Vasco Garcia (dir.) abriram conferência

produtos da Região no exterior. No Mar, defendeu uma maior aposta na investigação científica, porque sem um profundo conhecimento do fundo do mar, de pouco servirão as riquezas que se sabe nele existirem.

Paulo Raposo, técnico oficial de contas, falou sobre a arquitetura fiscal portuguesa e alertou que um Fisco que não seja justo, simples, neutro e eficaz, favorece a fraude e a evasão Fiscal. Paulo Raposo afirmou que neste momento em Portugal são necessários mais de 10 dias por ano de trabalho nas empresas só para cumprir as obrigações fiscais a que elas estão sujeitas e citou até uma frase da Bíblia para, curiosamente, falar de fiscalidade: "é pela justiça que um rei firma o seu país, mas aquele que o sobrecarrega com muitos impostos, arruína-o".

Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola dos Açores, afir-

mou temer que a Europa ceda a alguns interesses dos Estados Unidos da América na negociação do Tratado Transatlântico, favorecendo a indústria dos países mais ricos da UE, em prejuízo da agricultura de países mais pobres como Portugal. Sobre os laticínios açorianos, Jorge Rita disse também que o preço dos produtos da Região não pode ser nivelado, como costuma ser pela indústria, com o preço médio da UE, devendo sim ser nivelado, pela sua qualidade, com o preço dos melhores produtos europeus.

Fernando Lopes, professor da Universidade dos Açores, encerrou a conferência realçando a importância de haver um sistema fiscal que seja estável e previsível, para que a atividade económica não seja prejudicada, lamentando não ser este o caso no momento, nem do sistema fiscal nacional, nem do sistema fiscal regional. *



Mário Fortuna criticou redução fiscal de 'meia dose'



Carlos Santos defende monitorização das low-cost



Pedro Melo na conferência da OTOC/TSF sobre a Iniciativa Privada

É preciso monitorizar as low-cost

O presidente do Observatório do Turismo dos Açores (OTA), Carlos Santos, considera muito importante monitorizar os impactos da entrada de companhias de aviação low-cost nos Açores, num momento de mudança estrutural no turismo regional, um trabalho que o OTA pretende levar a cabo, juntamente com a ANA, a entidade gestora dos aeroportos.

Falando na conferência sobre

'Iniciativa Privada' da OTOC e da TSF, Carlos Santos disse também que tanto os efeitos sobre o volume do tráfego de passageiros transportados, como sobre o seu perfil, não são generalizáveis de um sítio para outro e que a maioria dos estudos de avaliação dos impactos das low-cost incidem sobre rotas para destinos de sol e praia ou entre cidades, havendo pouca avaliação dos impactos das low-cost

nos destinos de natureza, emergentes e insulares como os Açores. Carlos Santos alertou ainda para o facto de 80 por cento dos empresários inquiridos num barómetro do OTA achar que o aumento dos turistas não vai ter grande impacto no meio ambiente.

Contudo, o presidente do OTA admite que haverá uma grande pressão sobre as principais atrações turísticas. ♦ RJC

Comerciantes de peixe temem que concurso para carga fique vazio

O presidente da Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores, Pedro Melo, receia que o concurso para operar o avião cargueiro ao abrigo das novas Obrigações de Serviço Público (OSP) nas ligações entre o Continente e os Açores fique vazio, por não ser rentável, mesmo com apoios, face ao número de voos que estão previstos e considerados 'excessivos' por quem representa cerca de 70 por cento da carga aérea que atualmente sai da Região.

Pedro Melo alerta que o cargueiro com capacidade para 15 toneladas, que deverá começar a voar para os Açores já a partir de julho, tem previstas nas OSP cinco frequências por semana, em voos triangulares entre o Continente e as ilhas de São Miguel e Terceira, durante o Inverno IATA, passando para seis frequências semanais durante o Verão IATA. O presidente da Associação de Comerciantes de Pescado dos

Açores questiona: "imagine-se um empresa vir para os Açores voar seis vezes por semana no verão, com uma fraca ocupação e, no inverno, com uma ocupação ainda pior. Ninguém estará disposto a fazê-lo, mesmo com um apoio de 8,5 milhões de euros para os três anos", alerta Pedro Melo.

O representante dos comerciantes de pescado defende que a melhor solução seria ter até dois voos semanais do cargueiro durante o primeiro verão IATA, ou seja, até outubro e, a partir do próximo inverno, conforme o mercado reagisse a esta primeira experiência, poder-se-ia então corrigir o número de frequências.

Perante o que está previsto nas OSP, Pedro Melo não tem dúvidas: "consideramos excessivo o número de frequências mínimas a que se vai obrigar o operador, porque se a oferta está baseada no pescado, esta é muito superior à nossa procura, sobretudo durante inverno", conclui. ♦ RJC